

Encargos sobre energia triplicam em 9 anos

Infraestrutura Taxas descumprem finalidade original e ajudam o governo a engrossar superávit primário

Encargos sobre energia triplicam em 9 anos

Daniel Rittner
De Brasília

A arrecadação do governo com encargos sobre as tarifas de energia elétrica mais do que triplicou desde 2003. De R\$ 5,4 bilhões recolhidos à época, a receita total com essas taxas atinge R\$ 18 bilhões por ano e já corresponde a cerca de 20% do faturamento do setor, praticamente o dobro do que representava há menos de uma década, segundo a Abrace (associação dos grandes consumidores industriais de energia).

Além de encarecer as contas de luz, onerando consumidores residenciais e tirando competitividade da indústria, boa parte dos encargos setoriais se desviou das finalidades para as quais foram criados. A presidente Dilma Rousseff anuncia, nos próximos dias, um pacote de redução das tarifas de energia elétrica. O governo trabalhava ontem com a tentativa de fazer o anúncio no dia 11, terça-feira que vem, mas a data ainda está sujeita a mudanças. A cerimônia, no Palácio do Planalto, se restringirá ao conjunto de medidas para o setor elétrico — sem entrar, por enquanto, na área de portos e aeroportos. Apesar da expectativa de uma queda das tarifas em torno de

20%, para consumidores industriais, algumas distorções podem continuar existindo.

Na lista de encargos “desvirtuados” de sua função original, a taxa de serviços de fiscalização da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) ocupa lugar de destaque. Ela foi instituída, em 1997, para assegurar uma fonte de recursos às atividades do órgão regulador. No entanto, a leitura dos relatórios anuais de gestão da própria Aneel indica que menos da metade dos recursos arrecadados até hoje se voltou para sua finalidade inicial. Mais da metade ficou retido pelo Tesouro e virou superávit primário.

Nos últimos 14 anos, a taxa de fiscalização da agência — que encarece em 0,28% as contas de luz e não tinha sua extinção cogitada pelo governo — levantou R\$ 3,6 bilhões dos consumidores. O dinheiro é repassado pelas distribuidoras de energia, mas só R\$ 1,9 bilhão se transformaram em orçamento para a Aneel, após os contingenciamentos feitos pelo Tesouro. O valor empenhado pela agência foi menor ainda: R\$ 1,79 bilhão. Ou seja, 51% de todos os recursos arrecadados engrossaram a poupança do governo para pagar sua dívida, sem que jamais tivesse chegado ao

destino previsto por lei.

“O setor elétrico tem funcionado como um agente arrecadador de tributos e encargos”, lamenta Cláudio Sales, presidente do Instituto Acende Brasil, um centro de estudos. Ele cita outro caso de desvio de finalidade: a taxa que as distribuidoras pagam, de 0,5% sobre sua receita operacional líquida, para financiar projetos de pesquisa científica ou de eficiência energética. Até 2013, as empresas deverão pagar um adicional de 0,3%, a fim de repor as perdas de arrecadação de governos estaduais da região Norte com o ICMS cobrado sobre a venda de combustíveis (como óleo diesel) usados nas usinas termelétricas.

Quando esses Estados foram conectados ao sistema interligado nacional, seus Fiscos estaduais sentiram o baque e o peso do encargo aumentou. “É um flagrante absurdo”, afirma Sales. Outro encargo, a Reserva Global de Reversão (RGR), foi criado nos anos 60 para abastecer um fundo capaz de pagar a indenizar por concessões eventualmente retomadas pelo poder público. Em cinco décadas de existência, o fundo jamais foi usado para esse fim.

Uma auditoria recente do Tribunal de Contas da União constatou

que a Eletrobras, gestora dos recursos, aplicou o dinheiro arrecadado de diversas formas. De 1996 a 2001, foram gastos R\$ 708 milhões na compra de ações de concessionárias privatizadas. De 2002 a 2004, cerca de R\$ 1 bilhão foi destinado à tarifa social. De 2007 a 2010, o programa Luz para Todos recebeu R\$ 2,6 bilhões.

A desoneração de apenas três encargos — a RGR, a CCC e a CDE — poderá reduzir a tarifa da indústria de 9% a 12%, dependendo do nível de tensão. A renovação das concessões que vencem em 2015 deverá completar a queda de tarifas. Não há martelo batido sobre a desoneração de PIS-Cofins, mas a perspectiva maior é de que não haja retirada do tributo.

O PIS-Cofins representa cerca de 8% das contas de luz. Até a década passada, cobrava-se 3,65% de forma cumulativa, ao longo da cadeia. Há oito anos, o regime passou a ser não-cumulativo, mas a alíquota foi fixada em 9,25%. “Dependendo dos elos de produção de um determinado bem ou serviço, o impacto pode ser ruim. No caso da energia elétrica, o impacto foi péssimo”, diz Claudio Sales.

TCU faz pente-fino no Luz para Todos

De Brasília

O Tribunal de Contas da União (TCU) deu início a uma série de 15 fiscalizações em obras e contratos do programa de universalização dos serviços de energia elétrica Luz para Todos. Mesmo sem ter identificado danos ao erário, a primeira investigação encontrou problemas no Piauí, com determinações à Eletrobras.

A Cepisa, distribuidora estadual, é administrada pela empresa estatal. Os auditores do TCU analisaram um contrato de R\$ 53,2 milhões para o levantamento de dados, elaboração de projetos, planejamento e execução de obras de eletrificação rural, instalação e ligação de medidores.

O contrato abrangia 11 muni-

cípios do interior do Piauí e contemplava a ligação de 7.412 residências, com 1.726 quilômetros de rede de alta tensão. A concorrência foi feita em 2007 e foram assinados dois aditivos para estender o prazo de atendimento, mas apenas 3.321 consumidores haviam sido conectados à rede até janeiro, caracterizando atraso no cronograma, segundo o TCU.

Em mais de 60% dos trechos visitados, conforme a fiscalização, havia chaves fusíveis rompidas e consequente interrupção do fornecimento de energia. Embora não haja “problemas técnicos”, o rompimento das chaves indica sobrecarga de tensão e o tribunal apontou “demora na reparação do sistema”. Os auditores também notaram a presença de pa-

ra-raios queimados, levantando a suspeita de que os equipamentos usados nas obras não correspondiam às exigências técnicas.

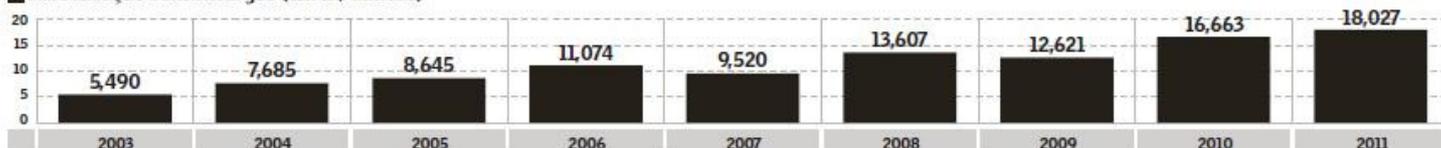
Outro problema encontrado foi a deficiência no controle de qualidade dos materiais aplicados na fabricação de postes de concreto. Sem nenhuma conclusão definitiva, já que foram visitadas 3% das instalações executadas, a fiscalização sugeriu à Eletrobras “uma análise mais aprofundada” das deficiências.

Os ministros do TCU estabeleceram um prazo de 90 dias para a Eletrobras apresentar um plano de ação para “minimizar as falhas evidenciadas”. Depois do primeiro pente-fino, outras duas fiscalizações foram concluídas, na distribuidora Amazonas Energia. (DR)

Progressão geométrica

Encargos sobre conta de luz mais do que triplicaram em nove anos

Arrecadação com encargos (em R\$ bilhões)



O que são os encargos e quanto arrecadaram em 2011

Encargo	RGR – Reserva Global de Reversão	CCC – Conta de Consumo de Combustíveis	CDE – Conta de Desenvolvimento Energético
Valor arrecadado	R\$ 1,665 bilhão	R\$ 5,9 bilhões	R\$ 3,310 bilhões
Para que serve	Arrecadar recursos para indenizar investimentos não amortizados ao fim das concessões	Custear os combustíveis fósseis (mais caros) usados por térmicas para gerar energia na região Norte	Subsidiar as tarifas de energia aos consumidores de baixa renda e financiar o Programa Luz para Todos
Encargo	Proinfa – Programa de Incentivo às Fontes Alternativas	TFSEE – Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica	ESS – Encargos de Serviços do Sistema
Valor arrecadado*	R\$ 2,061 bilhões	R\$ 468,3 milhões	R\$ 1,409 bilhão
Para que serve	Incentivar a geração de energia a partir de fontes alternativas e de pequenas centrais hidrelétricas	Custear as atividades de fiscalização e regulação da Aneel	Aumentar a confiabilidade e a segurança da oferta de energia no país, pagando os custos das térmicas
Encargo	CFURH – Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	P&D – Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	EER – Encargo de Energia de Reserva
Valor arrecadado*	R\$ 1,635 bilhão	R\$ 1,260 bilhão	R\$ 321,1 milhões
Para que serve	Compensar a União, Estados e municípios pelo uso da água e terra necessários à instalação de hidrelétricas	Estimular pesquisas relacionadas à energia elétrica e seu uso eficiente e sustentável	Cobrir os custos decorrentes da contratação de energia de reserva (eólicas e biomassa)

Fonte: Abrace

A arrecadação do governo com encargos sobre as tarifas de energia elétrica mais do que triplicou desde 2003. De R\$ 5,4 bilhões recolhidos à época, a receita total com essas taxas atinge R\$ 18 bilhões por ano e já corresponde a cerca de 20% do faturamento do setor, praticamente o dobro do que representava há menos de uma década, segundo a Abrace (associação dos grandes consumidores industriais de energia).

Além de encarecer as contas de luz, onerando consumidores residenciais e tirando competitividade da indústria, boa parte dos encargos setoriais se desviou das finalidades para as quais foram criados. A presidente Dilma Rousseff anuncia, nos próximos dias, um pacote de redução das tarifas de energia elétrica. O governo trabalhava ontem com a tentativa de fazer o anúncio no dia 11, terça-feira que vem, mas a data ainda está sujeita a mudanças. A cerimônia, no Palácio do Planalto, se restringirá ao conjunto de medidas para o setor elétrico - sem entrar, por enquanto, na área de portos e aeroportos. Apesar da expectativa de uma queda das tarifas em torno de 20%, para consumidores industriais, algumas distorções podem continuar existindo.

Na lista de encargos "desvirtuados" de sua função original, a taxa de serviços de fiscalização da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) ocupa lugar de destaque. Ela foi instituída, em 1997, para assegurar uma fonte de recursos às atividades do órgão regulador. No entanto, a leitura dos relatórios anuais de gestão da própria Aneel indica que menos da metade dos recursos arrecadados até hoje se voltou para sua finalidade inicial. Mais da metade ficou retido pelo Tesouro e virou superávit primário.

Nos últimos 14 anos, a taxa de fiscalização da agência - que encarece em 0,28% as contas de luz e não tinha sua extinção cogitada pelo governo - levantou R\$ 3,6 bilhões dos consumidores. O dinheiro é repassado pelas distribuidoras de energia, mas só R\$ 1,9 bilhão se transformaram em orçamento para a Aneel, após os contingenciamentos feitos pelo Tesouro. O valor empenhado pela agência foi menor ainda: R\$ 1,79 bilhão. Ou seja, 51% de todos os recursos arrecadados engrossaram a poupança do governo para pagar sua dívida, sem que jamais tivesse chegado ao destino previsto por lei.

"O setor elétrico tem funcionado como um agente arrecadador de tributos e encargos", lamenta **Claudio Sales**, presidente do **Instituto Acende Brasil**, um centro de estudos. Ele cita outro caso de desvio de finalidade: a taxa que as distribuidoras pagam, de 0,5% sobre sua receita operacional líquida, para financiar projetos de pesquisa científica ou de eficiência energética. Até 2013, as empresas deverão pagar um adicional de 0,3%, a fim de repor as perdas de arrecadação de governos estaduais da região Norte com o ICMS cobrado sobre a venda de combustíveis (como óleo diesel) usados nas usinas termelétricas.

Quando esses Estados foram conectados ao sistema interligado nacional, seus Fiscos estaduais sentiram o baque e o peso do encargo aumentou. "É um flagrante absurdo", afirma **Sales**. Outro encargo, a Reserva Global de Reversão (RGR), foi criado nos anos 60 para abastecer um fundo capaz de pagar a indenizar por concessões eventualmente retomadas pelo poder público. Em cinco décadas de existência, o fundo jamais foi usado para esse fim.

Uma auditoria recente do Tribunal de Contas da União constatou que a Eletrobras, gestora dos recursos, aplicou o dinheiro arrecadado de diversas formas. De 1996 a 2001, foram gastos R\$ 708 milhões na compra de ações de concessionárias privatizadas. De 2002 a 2004, cerca de R\$ 1 bilhão foi destinado à tarifa social. De 2007 a 2010, o programa Luz para Todos recebeu R\$ 2,6 bilhões.

A desoneração de apenas três encargos - a RGR, a CCC e a CDE - poderá reduzir a tarifa da indústria de 9% a 12%, dependendo do nível de tensão. A renovação das concessões que vencem em 2015 deverá completar a queda de tarifas. Não há martelo batido sobre a desoneração de PIS-Cofins, mas a perspectiva maior é de que não haja retirada do tributo.

O PIS-Cofins representa cerca de 8% das contas de luz. Até a década passada, cobrava-se 3,65% de forma cumulativa, ao longo da cadeia. Há oito anos, o regime passou a ser não-cumulativo, mas a alíquota foi fixada em 9,25%. "Dependendo dos elos de produção de um determinado bem ou serviço, o impacto pode ser ruim. No caso da energia elétrica, o impacto foi péssimo", diz **Claudio Sales**.